



AVISO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL N.º 2/2020

Concurso externo para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho, na categoria de Técnico Superior, da carreira de Técnico Superior, para exercer funções na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas e outras Organizações Internacionais em Genebra, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia

Nos termos da Portaria n.º 187/2013, de 22 de maio, e considerando o disposto na Resolução de Conselho de Ministros n.º 51/2019, de 06 de março, o teor do artigo 56.º do Decreto-lei n.º 84/2019, de 28 de junho, e o despacho de autorização do Senhor Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 26 de dezembro de 2019, faz-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 (dez) dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso, concurso externo para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho, na categoria de Técnico Superior, da carreira de Técnico Superior, com a remuneração mensal ilíquida de 5 777,31 Euros nos termos aprovados pelo Decreto Regulamentar n.º 3/2013, de 8 de maio, para exercer funções na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas e outras Organizações Internacionais em Genebra, com especial ênfase nas áreas de políticas de Refugiados, de Migrações e de Assistência Humanitária, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo, que compreende um período experimental com a duração de 30 dias.

1. O prazo para apresentação de candidaturas termina em 9 de março de 2020.
2. Regime jurídico aplicável – contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo certo para exercer na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas e outras Organizações Internacionais em Genebra, no âmbito da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril, cessando o contrato em 31 de julho de 2021.
3. Reserva de recrutamento interna – Se do presente procedimento concursal resultar, atenta a lista de ordenação final devidamente homologada, um número de candidatos aprovados superior aos postos de trabalho a ocupar, será constituída uma reserva de recrutamento interna, válida pelo prazo máximo de 18 meses, contado da data da homologação da referida lista, nos termos do artigo 10.º da Portaria n.º 187/2013, de 22 de maio.
4. Número de postos de trabalho e prazo de validade — O procedimento concursal visa o preenchimento de um posto de trabalho, e é válido para o preenchimento do posto de trabalho a concurso e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 10.º da Portaria n.º 187/2013, de 22 de maio.



5. Publicitação do aviso — O presente aviso é publicitado em local visível e público na Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas e outras Organizações Internacionais em Genebra, na sua página electrónica (<https://www.nuoi.missaoportugal.mne.pt/pt/oportunidades>) e, por extrato, no jornal local *Tribune de Genève*.

6. Caraterização e local do posto de trabalho – funções correspondentes à categoria de Técnico Superior, da carreira de Técnico Superior, de natureza consultiva, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão; Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos ou serviços; Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado; Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores, nos vários domínios de atuação da Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas e outras Organizações Internacionais em Genebra, com especial ênfase nas áreas de políticas de Refugiados, de Migrações e de Assistência Humanitária, de acordo com a caraterização prevista no n.º 2 do artigo 88.º, do anexo da Lei n.º 35/2014, de junho.

7. Requisitos de admissão ao procedimento concursal:

7.1. São requisitos cumulativos de admissão:

- a) Reunir os requisitos gerais necessários para o exercício de funções públicas, previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com exceção da nacionalidade portuguesa, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 47/2013, de 5 de abril;
- b) Ser titular de licenciatura ou equivalente;
- c) Domínio de língua inglesa;
- d) O candidato selecionado deverá possuir autorização/estatuto de residente no país e ter a sua situação regularizada junto das entidades fiscais e de segurança social locais, no momento da respetiva contratação, sem prejuízo da possibilidade de essa situação poder ser comprovada “*a posteriori*”, de acordo com o artigo 5.º do Decreto-Lei 47/2013, de 5 de abril, nas situações em que tal seja admitido pelas normas de direito local.

7.2. Requisitos preferenciais:

- a) Capacidade de se expressar com clareza e precisão, adaptando a linguagem aos diversos tipos de interlocutores;
- b) Capacidade para representar a Missão Permanente de Portugal em Genebra em grupos de trabalho, reuniões ou eventos, de âmbito nacional ou internacional;
- c) Experiência profissional prévia na Administração Pública, Instituições Europeias e/ou Organizações Internacionais;
- d) Formação académica e/ou profissional nas áreas de políticas de Refugiados, de Migrações e de Assistência Humanitária.
- e) Conhecimentos de língua francesa.



8. Formalização das candidaturas:

As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do Júri para a Missão Permanente de Portugal junto das Nações Unidas e outras Organizações Internacionais em Genebra, (Rue de Moillebeau 58, 1209 Genève), por correio registado com aviso de receção ou por correio eletrónico (concursonuoi@mne.pt).

Do requerimento deverão constar, sob pena de exclusão, os seguintes elementos:

8.1 - Identificação completa (nome, estado civil, data de nascimento, naturalidade, nacionalidade, número de cartão de cidadão ou bilhete de identidade (ou equivalente) número fiscal (ou equivalente), residência, código postal, contacto telefónico e email);

8.2 - Habilitações literárias; e,

8.3 - Identificação do concurso a que se candidata, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Curriculum vitae assinado;
- b) Fotocópia simples e legível do documento comprovativo das habilitações literárias;
- c) Fotocópia simples e legível de comprovativos da formação profissional realizada nos últimos três anos, relacionada com as atividades que caracterizam o posto de trabalho;
- d) Fotocópia simples e legível do cartão de cidadão ou bilhete de identidade (ou equivalente);
- e) Certificado de Registo Criminal do país onde reside.

9. Métodos de seleção — são adotados os seguintes métodos de seleção obrigatórios:

I. Avaliação curricular (Valoração de 50%)

Avaliação curricular visa analisar as aptidões profissionais dos candidatos na área respetiva, com base na análise do respetivo currículo profissional e documentos comprovativos que o acompanham, sendo considerados e ponderados, os seguintes elementos:

- a) Experiência profissional anterior, nomeadamente na área funcional do recrutamento;
- b) Habilitação académica de base;
- c) Formação profissional na área funcional do recrutamento.

II. Entrevista profissional (Valoração de 50%)

A entrevista profissional visa avaliar de forma objetiva as aptidões profissionais e aspetos comportamentais evidenciados pelos candidatos e o domínio de uma ou mais línguas.

9.1 Os resultados obtidos na aplicação dos métodos de seleção são classificados na escala de 0 a 20 valores, com expressão até às centésimas.



9.2 Os critérios de apreciação e ponderação dos métodos de seleção tidos em conta, bem como o sistema de classificação final, incluindo as respetivas fórmulas classificativas, constam de ata das reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10. Exclusão – Consideram-se excluídos os candidatos que obtenham uma pontuação inferior a 9,5 valores num dos métodos, nos termos do artigo 2.º da Portaria n.º 187/2013, de 22 de maio.

10.1 Os candidatos que não compareçam a qualquer dos métodos de seleção consideram-se igualmente excluídos.

11. Forma e comunicação das notificações aos interessados — Todas as notificações dos candidatos admitidos e excluídos, incluindo as necessárias para efeitos de audiência dos interessados, e as convocatórias para a realização de qualquer método de seleção que exija a presença do candidato são efetuadas através das seguintes formas:

- a) E-mail com recibo de entrega da notificação;
- b) Aviso publicado em local visível e público da chancelaria e disponibilizado na página electrónica:

<https://www.nuoi.missaoportugal.mne.pt/pt/oportunidades>

12. Composição e identificação do júri:

Presidente: Rui Macieira, Embaixador, Representante Permanente
1.º Vogal efetivo: Sónia Melo e Castro, Representante Permanente Adjunta
2.º Vogal efetivo: Francisco Saraiva, Conselheiro de Embaixada
1.º Vogal Suplente: Ângela Dourado, Secretária de Embaixada
2.º Vogal Suplente: Eduardo Pinto da Silva, Secretário de Embaixada

Secretariado: Stephanie Ferreira, Assistente Técnica

13. As atas das reuniões do júri são facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

14. Na sequência do despacho conjunto n.º 373/2000 de 1 de março, faz-se constar, igualmente, a seguinte menção: “Em cumprimento da alínea h) do artigo 9º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação”.

Genebra, 24 de fevereiro de 2020

O Representante Permanente de Portugal
junto das Nações Unidas e outras Organizações Internacionais em Genebra


Rui Macieira

